



Sina de Ofélia, num rio que mudou de curso

Taylor Swift trava, hoje, uma batalha de proporções quase mitológicas para conter a circulação global de versões não autorizadas de seu hit *Sina de Ofélia*.

Só no Spotify já passam de 30 versões em português: algumas entre as mais virais do país. Um feito extraordinário... se não fosse completamente fora do controle.

A versão original de Taylor já era um sucesso pop americano, mas foi aqui que ela realmente ganhou outra vida.

Alguém, em algum lugar do Brasil, decidiu criar uma versão usando inteligência artificial. A letra, adaptada com inteligência semântica, manteve o sentido original, mas ganhou fluidez, coloquialismo e uma naturalidade que o inglês nunca permitiria. Funcionou. E funcionou muito bem.

A versão que viralizou usava a voz de Luísa Sonza — não cantada por ela, evidentemente, mas recriada por IA. E aqui mora uma das zonas mais delicadas dessa história: a performance soava, para muitos ouvidos, melhor do que várias gravações anteriores da Sonza. Mais afinada, mais precisa, mais “pronta para playlist”.

E é aí que o debate deixa de ser técnico e se torna filosófico.

A nova produção musical, desafia o conceito romântico de gênio criador.

Ela fragmenta a ideia de obra fechada.

Ela transforma o público em coautor — ainda que informal, ainda que anônimo.

E o debate pega fogo, pois as repercussões não ficam restritas ao campo dos direitos autorais, elas inundam temas como autoria, identidade e pertencimento. Não há que se aprender a tocar um instrumento, esqueça as longas horas de prática... quem sabe fazer um “prompt” pode tudo.

Quando uma voz pode ser reproduzida sem o corpo que a sustenta, o que exatamente está sendo consumido?

Quando uma obra se espalha e se transforma fora do controle de quem a criou, quem é o autor da experiência final?

A inteligência artificial não compõe apenas músicas. Ela reorganiza relações de poder.

Violação de direitos autorais? Sim. Uso indevido de imagem e voz? Também. Músicos, compositores, intérpretes e produtores deixam de receber por criações que passam a circular livremente, gerando valor, audiência e receita para plataformas, mas não para quem vive de música.



Só que o mercado raramente se move apenas por princípios. Ele se move por eficiência, desejo e aderência cultural.

E a maior de todas as novidades, as versões criadas por inteligência artificial estimularam músicos humanos a fazerem suas próprias releituras. A IA não substituiu a criatividade — ela acendeu um fósforo. Por todo o país surgiram arranjos novos com vozes reais e interpretações autorais. A canção virou um laboratório vivo.

Do ponto de vista mercadológico, estamos diante de um fenômeno claro: a música deixou de ser um produto fechado e passou a operar como plataforma cultural. Quanto mais versões circulam, mais o algoritmo responde, mais o público consome, mais a obra se expande — mesmo que o dinheiro não siga, ainda, o caminho justo.

O paradoxo é evidente. Nunca se produziu tanta música. Nunca se ouviu tanta música. E, ainda assim, uma parcela crescente dos músicos profissionais luta para sobreviver.

Talvez, o ponto não seja condenar a inteligência artificial, até porque, em muitos casos, o resultado que chega ao público não fica atrás do que teria sido feito apenas pela produção humana tradicional. O ponto é reconhecer que o modelo econômico da indústria musical ficou obsoleto.

Seguimos, então, como Ofélia: cantando lindamente num rio de possibilidades tecnológicas.

A pergunta é: aprenderemos a nadar nesse novo rio ou insistiremos em fingir que a água ainda é a mesma, correndo o risco de um afogamento coletivo?